



## **Assembleia Legislativa do Estado do Acre**

### **LEI Nº 3.355, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017**

Dispõe sobre a inclusão nos cadastros, fichas, prontuários e formulários da Administração Pública direta e indireta do Estado, o campo para o nome social de todas as pessoas naturais, que façam uso dos mesmos, e pelo qual são reconhecidas.

#### **O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE**

**FAÇO SABER** que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica assegurado às pessoas o uso do nome social nos atos e procedimentos promovidos no âmbito da Administração Pública direta e indireta no Estado.

**Parágrafo único.** Para os fins desta lei, considera-se nome social o nome pelo qual as pessoas naturais se reconhecem, são reconhecidas, identificadas e denominadas por sua comunidade e em sua inserção social, incluindo ainda, o apelido ou qualquer palavra criada por afetividade.

**Art. 2º** A pessoa indicará, no momento do preenchimento do cadastro ou ao se apresentar para atendimento, o prenome anotado no registro civil e o nome social escolhido pelo interessado.

**§ 1º** Os servidores públicos estaduais deverão tratar a pessoa pelo prenome ou nome social indicado, que constará dos atos escritos.

**§ 2º** O prenome anotado no registro civil deve ser utilizado apenas para uso interno da administração, acompanhado do nome social do interessado, vedado o uso de expressões pejorativas.

**§ 3º** O prenome anotado no registro civil e o nome social escolhido pelo interessado também devem ser utilizados para os atos que ensejarão a emissão de documentos formais/oficiais, tais como:

**I** – ofícios;

**II** – intimações;

**III** – notificações; e

**IV** – similares.

**Art. 3º** Os órgãos da Administração Direta e as indiretas capacitarão seus servidores para o cumprimento desta lei.

**Art. 4º** O descumprimento do disposto nos art. 1º e 2º desta lei por servidor público estadual constitui infração funcional, sujeita à apuração de responsabilidade administrativa e passível de sanção, nos termos da legislação pertinente.

**Art. 5º** Compete à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH, em parceria com as demais secretarias e com as entidades da Administração indireta, promover ampla divulgação desta lei, para esclarecimento sobre os direitos e deveres nela assegurados.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor em sessenta dias após a data de sua publicação.

Rio Branco, 18 de dezembro de 2017, 129º da República, 115º do Tratado de Petrópolis e 56º do Estado do Acre.

**TIÃO VIANA**

Governador do Estado do Acre